



**CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS**  
**Ata da 23ª reunião, realizada em 29 de novembro de 2018**

1 Em 29 de novembro de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades  
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os  
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente Guilherme  
5 Augusto Duarte de Faria, representante da SEMAD. Representantes do poder  
6 público: Juliana Pereira Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura,  
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Luis Gustavo D'Ávila Riani, da Secretaria de  
8 Estado de Governo (Segov); Alexandre de Castro Silva, da Superintendência  
9 Federal de Agricultura em Minas Gerais (SFA/MG) / Ministério da Agricultura,  
10 Pecuária e Abastecimento (MAPA); Márcio Stodutto de Mello, da Empresa de  
11 Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater);  
12 Rosa Maria Medeiros, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos  
13 Naturais Renováveis (Ibama). Representantes da sociedade civil: Taiana  
14 Guimarães Arriel, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Carlos Alberto  
15 Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas  
16 Gerais (Faemg); Leandro Soares Moreira, da Federação dos Trabalhadores na  
17 Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Tobias Tiago Pinto Vieira, do  
18 Movimento Verde de Paracatu (Mover); Lucas Amaral de Melo, da Universidade  
19 Federal de Lavras (Ufla); Dazio Vilela Chaves, do Conselho Regional de  
20 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1)**  
21 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional  
22 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente suplente Guilherme Augusto Duarte de  
23 Faria declarou aberta a 23ª reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris.  
24 **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**  
25 Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Inicialmente, eu queria comunicar a  
26 todos que nós estamos com uma grande preocupação na nossa região, que são  
27 os famosos piscinões. Já tem sido uma preocupação de muito tempo atrás. E  
28 como coordenador da Ctoc do CBH Paracatu nós recebemos uma provocação,  
29 recentemente, do promotor de Justiça, na qual ele nos questiona qual é a  
30 situação dos piscinões da nossa região. Depois de conversar com vários  
31 membros do Comitê, com várias pessoas, usuários, representantes de  
32 sindicatos, a conclusão a que chegamos e que não sabemos de nada. Os  
33 produtores hoje se sentem confortáveis para fazer a construção do piscinão  
34 como bem entendem, não seguindo necessariamente um engenheiro, não  
35 seguindo necessariamente um padrão a ser feito. E eu lembro que há um tempo  
36 atrás aqui – não me recordo se foi na CAP ou no Conselho Estadual de  
37 Recursos Hídricos – ficou pendente de se montar um grupo de trabalho para

38 criar esse parâmetro de construção desses piscinões. Que fosse em forma de  
39 grupo de trabalho ou o que fosse para buscar algum meio disso e formalizar,  
40 talvez até junto ao Crea, que possa nos ajudar nisso, por ser uma obra de  
41 engenharia, a criar parâmetros. Tem acontecido muitos acidentes, como  
42 aconteceu em Varjão de Minas, que contaminou o rio Paracatu, por dias e dias,  
43 de lama, uma lama horrível. Além disso, ocorreu outro acidente, inclusive,  
44 causando a morte de um funcionário que estava trabalhando na obra. Então, até  
45 quando nós vamos ter que esperar, o Estado vai ter que esperar para acontecer  
46 mais alguma coisa, para tomar algum tipo de providência. Eu acho que é de  
47 fundamental importância que nós criemos isso e levemos para o produtor,  
48 'agora você precisa de um responsável técnico, agora você precisa fazer uma  
49 AAF do piscinão'. Não sei se é o melhor jeito, mas alguma coisa tem que ser  
50 feita. Inclusive, talvez, dependendo do tamanho, tem piscinão pequeno demais,  
51 que não tem necessidade, mas tem piscinão na nossa região que atinge até 10  
52 hectares. E estão construindo próximo a veredas, próximo a áreas complicadas  
53 de se estabilizar um piscinão. Então, eu acho que é de fundamental importância  
54 nós buscarmos algum meio de fazer isso acontecer, criar esse parâmetro e  
55 fiscalizar isso." Presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria: "De fato, eu não  
56 sei dizer se isso era uma demanda que foi apresentada na CAP em alguma  
57 reunião passada, mas o que eu me proponho a fazer é resgatar junto à  
58 Secretaria Executiva do COPAM em qual Câmara, de fato, isso tenha sido  
59 tratado e tentar descobrir se esse grupo de trabalho já está em formação ou  
60 não, para trazermos uma resposta na próxima reunião. Realmente, é um  
61 assunto que carece de uma atenção, sim." Conselheiro Dazio Vilela Chaves:  
62 "Você falou sobre a responsabilidade do Crea, e nunca alguém tinha falado  
63 nada sobre isso, pelo menos que eu tivesse conhecimento. Mas eu vou levar ao  
64 Crea esse pedido. De fato, é uma obra de engenharia, uma barragem; no seco,  
65 mas é uma barragem. Eu não tenho dúvida de que seria necessária a  
66 assinatura de um responsável técnico." Conselheiro Carlos Alberto Santos  
67 Oliveira: "No dia 28 de junho, o Sistema Faemg/Senar/Instituto Antônio Ernesto  
68 realizou o 5º Seminário Ambiental, e o título foi 'água, conexão entre meio  
69 ambiente e produção sustentável'. Nós tivemos nesse quinto seminário a  
70 seguinte ordem: 8º Fórum Mundial da Água, irrigação e planejamento integrado  
71 de recursos hídricos, disponibilidade hídrica, monitoramento e gestão de  
72 recursos hídricos, gestão da água na pecuária leiteira, importância do ILPF para  
73 produção de água, assistência técnica e gerencial e inovação e irrigação  
74 remota. Um seminário essencialmente técnico, que tem o objeto de,  
75 anualmente, trazer para essa questão do meio ambiente, que sempre foi muito  
76 emocional e muito legal – muita lei, muito decreto, muito regulamento –, a  
77 manifestação técnica de pessoas especializadas. Esse seminário ambiental se  
78 situa dentro de um grande programa de meio ambiente do Sistema Faemg, que  
79 se chama Nosso Ambiente. Além do compromisso de realizar anualmente esse  
80 seminário técnico ambiental, nós trabalhamos muito questões do dia a dia do

81 meio ambiente, recuperação de nascente, áreas degradadas, participação nas  
82 reuniões do sistema. É a forma que nós entendemos de poder contribuir para  
83 melhorar a questão ambiental em Minas Gerais. O Guilherme vai me ajudar e  
84 vai distribuir para cada um dos nossos colegas conselheiros, e eu espero que  
85 vocês leiam e que um dia deem também uma contribuição a respeito do  
86 conteúdo.” Presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Obrigado, Carlos  
87 Alberto, pela gentileza de trazer esses exemplares. Eu vou levar ao IEF  
88 também, repassar à área técnica. Com certeza, esses seminários são muito  
89 produtivos para, de fato, enriquecer o debate nessa temática tão importante.”  
90 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Só complementando, para quem  
91 está no Sistema de Meio Ambiente há mais tempo, nós vamos perceber que a  
92 discussão da questão ambiental teve, em um determinado momento, muita  
93 emoção. Quem não se lembre das reuniões do COPAM e das Câmaras  
94 Técnicas? Não se falava nem da parte legal nem da parte técnica. Aliás, a parte  
95 técnica estava fora. Os profissionais, engenheiros agrônomos, engenheiros  
96 ambientais, biólogos também não eram chamados. Era emoção. Depois tomou  
97 conta de tudo isso a questão legal e ainda prevalece. E agora estamos trazendo  
98 a discussão técnica, como é que funciona, do ponto de vista de preservação do  
99 meio ambiente, a parte técnica, o que a academia fala, o que os profissionais  
100 defendem e discutem. Esperamos realmente estar contribuindo com o meio  
101 ambiente.” Presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Exatamente,  
102 conselheiro, eu acho que até a própria formação atual, com essa modificação  
103 da estrutura do COPAM, traz um reflexo nisso também, que preza muito mais  
104 pela formação técnica do que, de fato, esse discurso emotivo que o senhor fala  
105 que realmente sempre existiu.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Primeiro,  
106 parabenizar a Faemg, que está fazendo um trabalho assim e tem buscado  
107 também discutir tecnicamente e entregar ao produtor esse lado técnico da  
108 preservação. Parabéns à Faemg. E eu queria aproveitar o gancho e falar que lá  
109 na nossa região agora já voltou e está ocorrendo novamente a FPI, a  
110 fiscalização preventiva integrada, que reúne várias instituições para fiscalizar  
111 empreendimentos, tanto rurais quanto urbanos. Nós sabemos que é de  
112 fundamental importância acontecer uma fiscalização como essa. Inclusive, é  
113 uma iniciativa, o Comitê do São Francisco tem incentivado, tem patrocinado  
114 certa parte dos gastos. Mas eu também gostaria de começar a puxar uma  
115 discussão aqui para começarmos a fazer mais treinamento na região, mais  
116 educação ambiental, fazer mais material. Por que eu digo isso? Porque na  
117 última FPI que teve houve uma rejeição muito grande, porque os produtores  
118 rurais sentiram como uma fiscalização para arrecadar. E eu acho que não é só  
119 isso. Eu como parte técnica, como representante da sociedade civil, entendo  
120 que é um meio de punir quem está errado, mas também um meio de educar. Eu  
121 entendo assim. Mas o pessoal tem sentido ao contrário, tem sentido que é um  
122 meio de punir demais, severamente. Então, para não ficar nessa discussão de  
123 certo ou errado, eu gostaria de propor que nós, Estado, busquemos algum meio

124 de levar mais informação ao produtor, levar mais informação às consultorias.  
125 Hoje nós estamos vendo em alguns processos que existe até uma falha de  
126 comunicação dos consultores. Os consultores entendem de uma forma, o  
127 produtor entende de outra, e eu tenho visto lá no Comitê também discussões  
128 entre consultoria e usuário, que não conversam uma coisa com a outra. Ficam  
129 'eu acho que é isso', 'eu acho que é aquilo'. E eu sempre digo que o achismo e  
130 a emoção acabaram, não temos que discutir isso mais. Nós temos que buscar  
131 informação junto do Estado e talvez nós podemos buscar alguma ferramenta  
132 aqui no Conselho, algum grupo técnico para fazer algum material ou fazer  
133 pequenos seminários nos polos regionais. Por exemplo, em Unaí, vamos fazer  
134 um grande seminário da nova DN 74, digamos assim. Um exemplo. Eu acho  
135 que nós poderemos buscar já um meio de fazer isso, porque a FPI está  
136 funcionando, porque está 'colocando o bode na sala', está colocando o pessoal  
137 para conversar, todo mundo está aparecendo agora para conversar. Mas neste  
138 momento nós temos que aproveitar e trabalhar com essa parte de educação  
139 ambiental para dar um 'up' em Minas Gerais. Então, podendo acontecer alguma  
140 coisa nesse sentido da educação ambiental, podem contar com a gente.”  
141 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu vou fazer um contraponto às  
142 palavras do nosso colega conselheiro. Uma das manchas da questão ambiental  
143 em Minas Gerais é essa, o objetivo da fiscalização em Minas é arrecadar ou  
144 punir quem está errado. Eu acho que a fiscalização tem que existir porque as  
145 coisas têm que seguir um ritmo de legalidade, e isso não tem dúvida. Mas  
146 vamos lembrar que tem três ou quatro anos que a Secretaria de Meio Ambiente  
147 implementou um procedimento de anistia em processos de multa, em que as  
148 multas abaixo de R\$ 15.000, parece-me, foram anistiadas. E de acordo com a  
149 notícia tinha 120 mil processos de auto de infração perdidos na estrutura do  
150 Sistema de Meio Ambiente e que foi feita a anistia. Paralelamente, eu fiquei  
151 sabendo que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais cancelou a anistia. Agora o  
152 que vai acontecer eu não sei. Mas esses 120 mil processos de multa que  
153 tinham por aí não vieram de graça, eles vieram de um interesse e de um  
154 procedimento da Secretaria de Meio Ambiente, do IEF, da Polícia Ambiental,  
155 que foram para o campo e foram aplicando multas e aplicaram e aplicaram.  
156 Então, tinha o procedimento de aplicar multa, mas não tinha o procedimento do  
157 que fazer com a multa. Aí o camarada lá na ponta aplicava o auto de infração,  
158 chegava ao escritório do IEF e não sabia o que fazer, e foram encaixotando  
159 aqueles autos de infração, que não chegavam aqui a Belo Horizonte para serem  
160 processados. Enfim, isso trouxe uma mancha realmente de que o sistema está  
161 querendo punir os errados ou está querendo arrecadar. Eu acho que é uma  
162 página que nós devemos virar. Mas agora, recentemente, foi publicado um  
163 decreto que aumentou, de forma desumana, as multas, principalmente no meio  
164 rural. Uma multa grave, de R\$ 30.000, para mineração, por exemplo, tem um  
165 efeito. Uma multa grave para o meio rural acaba com a atividade. Então,  
166 juntamente com esse aumento desmedido do valor das multas, nós começamos

167 a ver, programadas ou não, fiscalizações aumentando em toda Minas Gerais,  
168 inclusive essa do São Francisco. Eu não sei por que o Comitê do Rio São  
169 Francisco tem que vir fazer fiscalização em Minas Gerais. Então, acaba que  
170 nós, do meio rural, vamos sempre ficar acreditando, infelizmente, que a  
171 fiscalização até está querendo punir quem está errado, mas está querendo  
172 muito mais arrecadar. E aí não chegamos a lugar nenhum.” José  
173 Augusto/assessoria jurídica da SEMAD: “De fato, aconteceram situações e tem  
174 questões estruturais que vêm sendo implementadas nos últimos anos em  
175 redução de passivo de licenciamento, e há, inclusive, regionais que também têm  
176 redução de passivo de auto de infração. Então, nós vemos, de certa maneira,  
177 mudanças de que a entrada de autos de infração algumas Suprams já estão,  
178 inclusive, já finalizando mais autos do que entram, está tendo a redução já  
179 significativa em pelo menos três Suprams com relação ao passivo de autos de  
180 infração. É o que a Secretaria, dentro do possível, já vem trabalhando. E com  
181 relação à questão do Decreto 47.383 já tem publicada uma resolução com o  
182 grupo de trabalho em que estão sendo debatidas essas questões referentes a  
183 uma maior proporcionalidade das aplicações das sanções. Só a fim de  
184 informação para os conselheiros, medidas nesse sentido já vêm sendo tomadas  
185 para que essa questão da sanção, de fazer cumprir a legislação, seja feita da  
186 maneira mais proporcional possível.” Conselheiro Dazio Vilela Chaves: “Eu  
187 queria só fazer um histórico sobre a ocupação dos Cerrados, principalmente na  
188 região Noroeste, onde eu trabalhei desde 1972. Naquele tempo quando  
189 começou o programa Polocentro, pelo então governo Geisel e o ministro Alisson  
190 Paulinelli, o objetivo era ampliar a área plantada. O Brasil estava vivendo uma  
191 fase de pouca produção, não tinha produção de alimentos nem para o próprio  
192 consumo. Então, foi feito um grande incentivo para desmatar, irrigar e plantar.  
193 Eu lembro que em 76, 77, eu morava em Unaí e fazia projetos do Polocentro.  
194 Nós fazíamos um projeto para desmatamento, que era feito por um técnico – no  
195 meu caso –, era aprovado pelo Banco Brasil, e ninguém usava o termo  
196 ‘proteção ambiental’, era desconhecido. Eu fiz projeto de desmatamento de  
197 1.000 hectares, que o soldado da Polícia Ambiental ia lá, dava uma volta e  
198 liberava. Passava o corretor e foi arrancando tudo. Depois de alguns anos,  
199 começaram os processos de irrigação. Eu acho que não existia o IGAM, não  
200 existia outorga. O sujeito vinha, montava o pivô central e começava a irrigar.  
201 Depois o outro vinha embaixo ou em cima, e foi aí que começou a dar problema  
202 de falta d’água e foi preciso organizar o IGAM. Então, muitos desses crimes  
203 ambientais que hoje falamos que foi crime, na época, não era crime. Eu sou  
204 muito favorável a que tenha um estudo que melhore as condições de trabalho,  
205 de proteção ao meio ambiente, mas muitos serviços que foram feitos, naquela  
206 época, não eram crime. Então, não é justo que hoje esse produtor tenha uma  
207 multa por um serviço que ele fez errado naquela época. Hoje, se o sujeito  
208 desmata errado, não faz a proteção ambiental, não protege as áreas de APP,  
209 eu acho que está perfeito vir, fiscalizar e organizar tudo. Mas, quando o pessoal

210 vai fiscalizar e dar uma multa, tem que ver um pouco o histórico disso. Eu tenho  
211 47 anos de formado, e quando eu formei ninguém falava em outorga e meio  
212 ambiente. Eu estudei em uma grande escola, que seria referência nessa área, e  
213 ninguém falava nisso. Para terem uma ideia, em 1970 eu estava no quarto ano  
214 de faculdade, em Piracicaba, e um dia um professor chegou lá e falou que ia  
215 trazer um palestrante do IAC, sobre soja, e a soja poderia ainda vir a ser uma  
216 cultura importante no Brasil. Isso em 1970, e hoje a soja é a mais importante. E  
217 hoje o Cerrado é responsável por mais de 60% da produção brasileira de  
218 grãos.” Registros feitos após a discussão dos processos nesta sessão -  
219 Conselheiro Dazio Vilela Chaves: “Eu só queria fazer uma observação. O  
220 Tobias falou, no início da reunião, sobre os piscinões. Eu passei a dúvida para a  
221 Câmara de Agronomia e tive a seguinte resposta: a legislação sobre barragens  
222 adapta a mesma legislação sobre os piscinões. Eu me comprometo, na próxima  
223 reunião, a dar alguma informação sobre a legislação, sobre tamanho do  
224 piscinão e essas condições todas.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira:  
225 “Inclusive, essa é uma discussão que está ocorrendo muito dentro dos Comitês  
226 e que nós precisamos de um posicionamento. Eu estou na frente da  
227 coordenação da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, então, estão sempre  
228 me perguntando, acontece acidente, chegam a mim: ‘O que vocês vão fazer?’  
229 Não tem regra, não é passível de licenciamento, não é outorgável e não tem  
230 exigência do Crea, nós estamos meio que de mãos atadas. Se tiver resposta,  
231 eu acho que vai ser de grande valia.” Conselheiro Dazio Vilela Chaves: “Já tem,  
232 sim, a orientação, porque eu perguntei ao pessoal responsável por isso, e a  
233 legislação é a mesma. Então, na próxima reunião, nós veremos isso.” **4)**  
234 **EXAME DA ATA DA 22ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 22ª  
235 reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris, realizada em 25 de outubro  
236 de 2018, com as seguintes retificações: – Linha 28, suprimir Fetaemg e Ufla da  
237 relação de ausentes; – Linha 169, onde está escrito “48,2” lê-se “48,2%”. Votos  
238 favoráveis: Segov, Emater, Crea, Ufla, Fetaemg, Faemg, MAPA, AMS, Mover e  
239 Seapa. Abstenção: Ibama. Ausência: Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
240 Agrário (Seda), entidade suspensa. **5) PROJETO DE PROTEÇÃO E**  
241 **RECUPERAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CLIMA E DA BIODIVERSIDADE NO**  
242 **CORREDOR SUDESTE DA MATA ATLÂNTICA. CONEXÃO MATA**  
243 **ATLÂNTICA. Apresentação: Diretoria de Conservação e Recuperação de**  
244 **Ecossistemas (DCRE).** Lissandra Fiorine/IEF fez apresentação do projeto  
245 Conexão Mata Atlântica, de proteção e recuperação dos serviços do clima e da  
246 biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica. Debates. Conselheira  
247 Juliana Pereira Cunha: “Parabéns, belíssimo trabalho. Eu sou admiradora,  
248 então, conheço bem a região, praticamente todos os municípios. São áreas que  
249 precisam muito. É muito bom ver aqui, é muito necessário juntar solo e água. O  
250 meu pai é produtor rural, ele utiliza esse manejo, essas conservações. E eu vejo  
251 muitas áreas degradadas, então, esse cuidado que vocês têm de conversar  
252 com o produtor, com a prefeitura, é fundamental. O trabalho da Emater, esse

253 caminho, é fundamental. E perceber que algumas prefeituras já estão tendo  
254 essa autonomia é perceber que o trabalho de vocês está exatamente muito  
255 efetivo, porque é isso que vocês querem, dar autonomia para que eles  
256 caminhem por conta própria.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:  
257 “Parabéns, Lissandra, pelo trabalho, parabéns ao IEF. É uma coisa  
258 interessante. Esse tipo de procedimento de atuação há 20 anos era impensável,  
259 não se tinha notícia de nada parecido com isso. Alguém falava que lá no Paraná  
260 tinha iniciado um programa de recuperação de áreas, mas era um negócio muito  
261 difícil, muito caro etc. E tudo isso era muito temperado porque parte dessa  
262 comunidade ambiental achava que era na área rural que tinham os maiores  
263 danos ao meio ambiente. Ninguém sabia muito bem por que, não se acreditava  
264 nisso. Tanto é que nós tivemos, antes do Código Florestal, uma situação  
265 complicadíssima na área rural em face dessa questão ambiental. Aí nós temos  
266 que lembrar de Sérgio Mário Regina. Eu acho que só eu, o Dazio e o Márcio  
267 devemos lembrar dele. Ele falava, e era uma coisa muito engraçada, que  
268 ninguém entendia muito bem: ‘Se a gente quer fazer alguma coisa no meio  
269 ambiente, tem que ser com a parceria do produtor rural’. E do jeito que Minas  
270 Gerais trata produtor rural, isso está muito distante. Feitas essas considerações,  
271 quais são as quatro ou cinco novas tecnologias, novas técnicas que vocês  
272 elegeram para fazer? Eu vi aí replantio, construção de barraginhas. Enfim, quais  
273 são as que vocês elegeram?” Lissandra Fiorine/IEF: “Das práticas vegetativas,  
274 nós mostramos mais essa parte. Porque antes se chegava ao produtor e fala  
275 ‘tira essa área que você vai fazer plantio’. Não, nós não determinamos nada, ele  
276 que tem que vir, abraçar a causa e falar ‘realmente, eu vou designar essa área  
277 para fazer isso, isso e isso’. Então, é via de mão dupla, eles definem junto com  
278 a gente, nós não determinamos nada que vai ser feito. As práticas mecânicas  
279 dependem da situação da propriedade, da condição de solo, de erosão. Às  
280 vezes, indicamos para ele ‘vamos fazer barraginha, terraceamento’, mostramos  
281 as práticas: barraginha, terraceamento, curva de nível. São essas principais.  
282 Não entramos no mérito do controle de processos erosivos, isso é mais  
283 complexo e tem que ser feito caso a caso. Então, nem cabe em uma  
284 capacitação mostrar isso. Em matéria de prática mecânica, são essas que são  
285 envolvidas. Na prática vegetativa, nós mostramos sistemas agroflorestais,  
286 integração lavoura-pecuária, plantio de vegetação nativa. Sempre lembrando  
287 que muitas vezes o mais importante é fazer cercamento da área e não entrar  
288 com plantio de mudas porque, além de ter o custo, além de ter a manutenção  
289 associada, nem sempre é a melhor opção. Na verdade, a melhor opção,  
290 normalmente, é cercamento. Então, de novo, caso a caso. Tem situações que  
291 não adianta cercar que não vai regenerar nada ali. Então, o técnico vai a  
292 campo, mostra isso, conversa com o produtor rural. Nós mostramos essas  
293 técnicas, e praticamente são práticas mecânicas e práticas vegetativas. Seriam  
294 essas as principais.” responsável técnico.” Conselheiro Carlos Alberto Santos  
295 Oliveira: “Se tudo que é feito no IEF é muito bom, muito útil, muito necessário

296 para o meio ambiente, essa é uma área nova que está em desenvolvimento que  
297 merece todo apoio. Porque na medida em que se vai fazendo o trabalho as  
298 prefeituras vão se conscientizando, o produtor se manifesta com interesse de  
299 fazer o programa sem esperar que venha o recurso, enfim, é uma corrente para  
300 frente e quem sabe a gente consiga belíssimos resultados em pouco tempo.  
301 Parabéns.” Lissandra Fiorine/IEF: “Só destacando que eu estava na expectativa  
302 de assistir à apresentação sobre o ‘Balde Cheio’. É sensacional esse projeto, eu  
303 já o assisti uma vez. E esse projeto atua totalmente na mesma vertente. Até  
304 durante a apresentação, vira e mexe, mencionamos esse projeto, ‘esse projeto  
305 aqui vai mostrar para vocês que podem fazer mais do que isso que estão  
306 fazendo aqui’. Então, não é exaurir uma área, nós vamos fazer o manejo dela. E  
307 aí seria até legal se conseguirmos fazer uma parceria nesse sentido de atuar  
308 conjuntamente na execução dos dois projetos, entre a Emater, a Faemg. Seria  
309 excelente.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Veja como as coisas  
310 são interessantes. O programa ‘Balde Cheio’, basicamente, melhora a produção  
311 econômica da propriedade. O camarada tem 50 vacas e tira mil litros de leite.  
312 Diminui para 25 e passa a tirar 4.000 litros. Ele usa 30, 40, 50 hectares, e entra  
313 o programa ‘Balde Cheio’, e passa a usar metade dessa área. A outra metade  
314 fica para se fazer esse tipo de procedimento. Então, é como se pode melhorar a  
315 produção diminuindo os recursos aplicados e contribuindo para a melhoria do  
316 meio ambiente. Tudo isso um dia vai dar muito certo e ficar tudo legal.”  
317 Presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Já está começando a dar certo,  
318 conselheiro. Essas iniciativas, de fato, a parte louvável é a união de setor  
319 produtivo com o setor ambiental, mostrando a viabilidade técnica, técnicas  
320 consolidadas, quebrando mitos junto aos produtores rurais, que entendem que  
321 aquilo não é prejudicial e, sim, benéfico à sua produção, e trazendo apoio das  
322 prefeituras, mostrando que há viabilidade técnica, econômica, que o recurso  
323 pode ser compartilhado, e, na verdade, distribuídas as responsabilidades ali. É  
324 justamente isso que fortalece que os resultados sejam positivos.” Conselheiro  
325 Dazio Vilela Chaves: “Foi uma belíssima apresentação, sem dúvida. Eu daria só  
326 uma sugestão, para fazer um programa de divulgação, que pode ser feito com  
327 as rádios locais, de cercamento de nascentes. Só de cercar a nascente, mesmo  
328 que ele não plante nada, evitando a presença de alguma rocinha de milho ou  
329 entrada de animais, ajuda muito a aumentar as águas.” Lissandra Fiorine/IEF:  
330 “Nós fazemos bastante isso. Em Guiricema, eu acho, o nosso coordenador deu  
331 uma entrevista para a rádio local, inclusive. Essa questão de conseguir dar uma  
332 entrevista para falar do programa na rádio local às vezes nem é tão simples, e  
333 no contato do técnico no regional junto com a prefeitura às vezes ele tenta  
334 articular essas coisas também, mas nem sempre conseguimos essa abertura  
335 tão fácil. E essa questão da nascente é legal porque nós mostramos bem isso,  
336 ‘vamos cercar a nascente’, ‘não planta nada’. Ele espera ‘vou fazer plantio de  
337 mudas e resolver o problema’, mas na verdade é o contrário, se colocar muda  
338 aqui logo de cara, a tendência é ficar sem água. Então, nós quebramos até esse



339 mito de ‘vamos fazer plantio de mudas’. Então, o técnico fala isso na  
340 apresentação, e o pessoal vê que o cercamento é mais simples, mais fácil e,  
341 muitas vezes, dá mais resultado.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira:  
342 “Parabenizar pela apresentação, essas iniciativas têm enchido o nosso  
343 Conselho aqui cada vez mais, e isso é gratificante demais. Quanto a esses  
344 trabalhos que não incluem plantio, nós temos um projeto em que fazemos a  
345 mesma coisa. Nós fazemos só o cercamento, mais nada. Nós entramos com  
346 material, mão de obra, construímos a cerca, fazemos um mapeamento,  
347 compilamos tudo em plataforma única e fazemos a avaliação após um período.  
348 Continuamos monitorando as áreas. E essa discussão tem sido cada vez mais  
349 debatida em vários conselhos – nós somos também do Fundo Nacional do Meio  
350 Ambiente – para viabilizar o empenho. O que aconteceu muitas vezes em  
351 muitos projetos do Fundo é que houve plantio, houve ações fantasiosas demais  
352 para mobilizar gente demais, que em resultado não apresentaram nada. E uma  
353 única coisa que tem apresentado resultados, que tem justificado o empenho  
354 financeiro, é a construção de cercas para preservação de nascentes. Então, eu  
355 acho que cada vez mais nós vamos caminhar por esse lado, porque o Cerrado  
356 tem um potencial regenerativo incrível. Inclusive, tem vários artigos falando isso.  
357 Eu acho que é o caminho das pedras para buscarmos cada vez mais. Eu até  
358 brinco quando conversamos com a empresa patrocinadora do nosso projeto e  
359 falo que o meu sonho ainda é conseguirmos fazer isso tudo em uma plataforma  
360 única e somar todos esses projetos. Juntar com o IEF, ‘o IEF vai fomentar o  
361 fornecimento de material para tal região’. Nós vamos cercar nascentes e  
362 compilar isso tudo em uma plataforma única em um celular, no aplicativo. Não  
363 sei como vai ser. Igual aquele menino de Lavras apresentou aqui uma vez, ele  
364 também tem um trabalho incrível, que compila tudo em um aplicativo. Eu achei  
365 sensacional. Eu acho que, no dia que conseguirmos colocar isso tudo em uma  
366 plataforma, nós vamos ter um resultado incrível, com o ganho de vazão, que é  
367 um grande propósito nossa. Em Paracatu, é uma área de conflito atrás da outra  
368 sendo declarada. Então, nós precisamos de água, o que está gerando resultado  
369 é isso, vamos investir. No mais, parabéns, eu acho que esse é o caminho  
370 mesmo.” Lissandra Fiorine/IEF: “Eu quase até me intrometi no meio da reunião  
371 porque, na hora que ele mencionou a questão da base de dados, de não  
372 termos, nós temos um planejamento sistemático da conservação, que é um  
373 projeto que está andando no IEF. Está todo mundo participando, e o setor  
374 produtivo está no meio. A intenção dele é unir muitas informações. Nós temos a  
375 base de dados da IDE, e essas informações da IDE vão para esse mapa,  
376 porque a intenção dele é definir áreas prioritárias para conservação e  
377 restauração, só que essas áreas vão ser definidas considerando toda a questão  
378 produtiva também. Não é simplesmente ‘vamos recuperar aqui’. ‘Aqui é uma  
379 área que dá para fazer isso ou tem outros interesses, outras vocações?’ E a  
380 intenção desse projeto nessa base de dados é juntar também as ações de  
381 fomento, não só do IEF, mas além do IEF. Por enquanto, é só uma reunião de

382 informações – como o tempo é curto – do que tem agora, mas futuramente  
383 podemos alimentar essa base com mais informações.” Conselheiro Tobias  
384 Tiago Pinto Vieira: “Inclusive, essa vontade de ter mais plataformas, de ter um  
385 meio de mostrar isso, ficou mais evidente quando agora as ONGs que se  
386 reuniram para fazer as propostas, para o Ibama, do projeto de conversão de  
387 multa, nos procuraram. Falaram: ‘Em Minas Gerais, quais são as áreas  
388 prioritárias?’ Eu falei ‘meu Deus do céu, não tem nada, o que eu vou falar para  
389 eles?’ Aí eu falei: ‘O pouco que nós temos é o nosso trabalho, que é muito  
390 resumido’. Nós temos 1.300 hectares de área preservada. Mas, em ação, o que  
391 é prioritário, eu não tenho isso para apresentar para eles. Eu falei ‘vamos  
392 escolher uma das áreas’ e começamos a conversar. Eu falei ‘em Minas Gerais  
393 tinha que ter essa plataforma’. Porque chega um projeto desse, que vai ter R\$  
394 50 milhões este ano já para ser aplicados. É muito dinheiro, e ano que vem vai  
395 ter mais dinheiro para gastar com isso. E nós não temos ainda definido em  
396 Minas Gerais quais são as áreas prioritárias.” **6) PROGRAMAS BALDE CHEIO**  
397 **E CAFÉ + FORTE. Apresentação: Federação da Agricultura e Pecuária do**  
398 **Estado de Minas Gerais (Faemg).** Apresentação sobrestada e remetida à  
399 próxima reunião. **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**  
400 **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Amauri Pinto Costa.**  
401 **Avicultura. Itanhandu/MG. PA 03395/2004/005/2018. Classe 4 (Conforme Lei**  
402 **nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b).** Apresentação: **Supram Sul de**  
403 **Minas.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos  
404 favoráveis: Segov, Ibama, Emater, Crea, Ufla, Fetaemg, Faemg, MAPA, AMS,  
405 Mover e Seapa. Ausência: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário  
406 (Seda), entidade suspensa. **7.2) Celso Mânica. Fazenda Santo Antônio.**  
407 **Matrícula 36.502. Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura**  
408 **sem deslocamento de população atingida. Unaí/MG. PA**  
409 **00093/2005/007/2017. Classe 5. Apresentação: Supram Noroeste.** Processo  
410 baixado em diligência para verificação do cumprimento da compensação  
411 ambiental, conforme motivação apresentada pelo presidente Guilherme Augusto  
412 Duarte de Faria: “Após conversa com a nossa assessoria jurídica, da SEMAD,  
413 eu vou baixar esse item 7.2 em diligência para que possamos verificar, de fato,  
414 o cumprimento da compensação ambiental nos termos do Decreto 45.175. No  
415 seu artigo 13, ele fala da obrigatoriedade do cumprimento da compensação  
416 ambiental antes da concessão, inclusive, com termo assinado, e publicado o  
417 seu extrato. A baixa em diligência não se dá no sentido da discussão da  
418 destinação de recursos da compensação. De fato, a destinação do Snuc já  
419 determina como o recurso de divide, para onde vai. A CPB aprova o POA, de  
420 fato, apenas as unidades de conservação afetadas pelo empreendimento vão  
421 receber diretamente esse recurso, e eu não sei esse é o caso. Essa não é a  
422 discussão, de fato. A baixa em diligência se dá, exclusivamente, pela  
423 observação da legalidade pela assessoria jurídica. Se a condicionante, de fato,

424 foi cumprida ou não, eu entendo perfeitamente o posicionamento da Supram. É  
425 muito complicado vincular o cumprimento da condicionante de um processo que  
426 roda dentro da SEMAD a uma avaliação feita dentro do IEF, com assinatura de  
427 termo de compromisso e tudo mais. Mas a observação que eu faço é em  
428 relação à legislação. E o que nós temos aqui para uma análise rápida da  
429 legislação que temos, no artigo 13, é que seja firmado o termo de compromisso,  
430 assinado e que ele seja publicado. Então, pelo princípio da precaução,  
431 baixamos em diligência e nivelamos esse entendimento. Se há uma orientação  
432 técnica da SEMAD quanto à legalidade, que a Supram, então, também receba  
433 essa orientação, e trazemos na próxima reunião sem entender esse prejuízo ao  
434 empreendedor.” O conselheiro representante do Movimento Verde de Paracatu  
435 requereu registro em ata da seguinte manifestação. Conselheiro Tobias Tiago  
436 Pinto Vieira: “Quanto às compensações, em outra reunião eu falei a mesma  
437 coisa e quero fazer essa provocação de novo. Porque no Noroeste de Minas  
438 nós temos vários empreendimentos grandes e temos uma unidade de  
439 conservação para ser auxiliada com recurso de compensação. E esses recursos  
440 estão sendo utilizados para regularização fundiária de outras regiões, sendo  
441 que nós temos unidade de conservação, que protege os mananciais de nossa  
442 cidade, que está precisando de muita ajuda. Lá eles não têm recurso para  
443 praticamente nada, nem educação ambiental nem aceiro nem nada. Todo ano  
444 entra fogo no parque, e podemos, sim, fazer alguma coisa. Não é possível que  
445 vão ficar vários empreendedores na nossa região pagando compensação  
446 ambiental, e esses recursos indo para o Estado e – entre aspas dizendo –  
447 desaparecerem. Então, eu vou fazer essa provocação de novo aqui para que  
448 esses recursos retornem ao município.” O conselheiro registrou ainda proposta  
449 de inclusão de condicionante, a ser avaliada na próxima reunião, com a  
450 seguinte redação: “Apresentar, a cada 2 (dois) anos, laudo técnico conclusivo  
451 de estabilidade dos barramentos existentes no empreendimento, com Anotação  
452 de Responsabilidade Técnica - ART, cumprindo todas as recomendações  
453 técnicas definidas no respectivo laudo.” A proposta de inclusão dessa  
454 condicionante teve manifestação favorável da Supram Noroeste durante as  
455 discussões do processo nesta sessão. Conselheira Juliana Pereira Cunha:  
456 “Considerando os questionamentos que surgiram na inserção da condicionante  
457 em relação a apresentação do laudo de estabilidade da barragem com ART, o  
458 posicionamento da Supram, as orientações do assessor jurídico José Augusto,  
459 eu vejo a necessidade de aprimorarmos o texto da condicionante para os  
460 próximos processos. Eu peço que sejam criados parâmetros, critérios objetivos  
461 para a condicionante ser executada pelo empreendedor com segurança jurídica,  
462 para que possa ser realmente executada. Respeito e me solidarizo com a  
463 preocupação do conselheiro Tobias com a segurança das barragens, mas não é  
464 porque o Conselho já deliberou algumas vezes uma condicionante com um texto  
465 que ele não pode ser modificado. Aliás, nós devemos fazer isso, pelo princípio  
466 da autotutela, que está sumulada pela Súmula 473 do STF. Então, é necessário

467 fazermos esse ajuste, e o Conselho deve fazer esse trabalho. Então, eu peço  
468 que façamos esse controle, um controle de legalidade que devemos realizar, e  
469 eu peço que isso seja submetido aos técnicos da Supram.” **7.3) Sanders**  
470 **Agrícola Ltda. e Outra. Fazenda Boa Sorte. Barragem de irrigação ou de**  
471 **perenização para agricultura sem deslocamento de população atingida.**  
472 **Paracatu/MG. PA 01529/2005/006/2015. Classe 5. Apresentação: Supram**  
473 **Noroeste.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único.  
474 Votos favoráveis: Segov, Ibama, Emater, Crea, Ufla, Fetaemg, Faemg, MAPA,  
475 AMS, Mover e Seapa. Ausência: Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
476 Agrário (Seda), entidade suspensa. **7.4) Dirceu Júlio Gatto. Fazenda Buriti,**  
477 **Canto, Catingueiro, Forense, Varginha e Itapitocai. Culturas anuais,**  
478 **excluindo a olericultura. Unaí/MG. PA 06253/2004/003/2017. Classe 5.**  
479 **Apresentação: Supram Noroeste.** Licença concedida por unanimidade nos  
480 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Ibama, Emater, Crea, Ufla,  
481 Fetaemg, Faemg, MAPA, AMS, Mover e Seapa. Ausência: Secretaria de Estado  
482 de Desenvolvimento Agrário (Seda), entidade suspensa. Aprovada ainda a  
483 inclusão das seguintes condicionantes: – “Apresentar, a cada 2 (dois) anos,  
484 laudo técnico conclusivo de estabilidade dos barramentos existentes no  
485 empreendimento, com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART,  
486 cumprindo todas as recomendações técnicas definidas no respectivo laudo.  
487 Prazo: 120 (cento e vinte) dias a partir da concessão da licença.” Votos  
488 favoráveis: Segov, Ibama, Emater, Ufla, Fetaemg, MAPA, AMS e Mover. Votos  
489 contrários: Seapa, Crea e Faemg. – “Apresentar programa de monitoramento da  
490 fauna, conforme termo de referência disponível no sítio eletrônico da Secretaria  
491 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD  
492 ([www.semad.mg.gov.br](http://www.semad.mg.gov.br)), contemplando detalhadamente o diagnóstico da fauna  
493 silvestre local em decorrência dos impactos advindos da operação do  
494 empreendimento, com cronograma executivo e a devida Anotação de  
495 Responsabilidade Técnica – ART, Cadastro Técnico Federal – CTF e Currículo.  
496 Incluir carta de aceite da instituição que irá receber o material biológico a ser  
497 coletado, assinado pelas partes. Cumprir integralmente após a apreciação da  
498 Supram Noroeste. Prazo: 120 (cento e vinte) dias após a concessão da licença.”  
499 Votos favoráveis: Segov, Ibama, Emater, Ufla, Fetaemg, MAPA, AMS, Mover e  
500 Seapa. Votos contrários: Crea e Faemg. – “Apresentar programa específico  
501 para monitoramento das espécies ameaçadas de extinção e migratória da fauna  
502 constante nas Portarias do Ministério do Meio Ambiente – MMA, nº 444 e 445,  
503 ambas de 2014, e na Deliberação Normativa COPAM nº 147, de 2010, com a  
504 Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos responsáveis. Cumprir  
505 integralmente após a apreciação da Supram Noroeste. Prazo: 120 (cento e  
506 vinte) dias após a concessão da licença.” Votos favoráveis: Segov, Ibama,  
507 Emater, Ufla, Fetaemg, MAPA, AMS, Mover e Seapa. Votos contrários: Crea e  
508 Faemg. Justificativas de votos contrários à inclusão das novas condicionantes  
509 sugeridas pela Supram - Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu votei

510 contra, primeiro, por causa da pertinência de exigências de estudos que eram  
511 para ser exigidos no EIA/Rima, na concessão da Licença de Operação, o que  
512 está sendo feito aqui. Eu poderia dar aqui várias outras justificativas, mas fico  
513 só nessa.” Conselheiro Dazio Vilela Chaves: “O meu voto contrário é pelo  
514 seguinte. Quando foi pedido o EIA/Rima, não foi pedido isso. Alguma coisa  
515 errada que foi feita anteriormente, quando isso não era errado ainda, não pode  
516 ser levado em conta agora. E a minha sugestão fica, porque nós estamos  
517 observando que muita coisa parece que ninguém sabe, a minha opinião é uma  
518 coisa, a sua é outra, então, fica muito disperso. Precisava ter uma norma de  
519 licenciamento ambiental mais ampla, que abrangessem todos os itens.” **8)**  
520 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE**  
521 **OPERAÇÃO CORRETIVA. 8.1) Revaldere de Castro. Fazenda São**  
522 **Cristóvão. Horticultura (floricultura, cultivo de hortaliças, legumes e**  
523 **especiarias). Santa Juliana/MG. PA 04215/2010/002/2013. Classe: 5.**  
524 **Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Licença  
525 concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:  
526 Segov, Ibama, Emater, Crea, Ufla, Fetaemg, Faemg, MAPA, AMS, Mover e  
527 Seapa. Ausência: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda),  
528 entidade suspensa. A Câmara de Atividades Agrossilvipastoris rejeitou por  
529 maioria a inclusão das seguintes condicionantes sugeridas pelo Mover: –  
530 “Realizar a disposição adequada das sucatas e dos resíduos sólidos gerados no  
531 empreendimento conforme Lei Estadual nº 18.031/2009, bem como destinar os  
532 filtros de óleo, estopas e sedimentos contaminados a empresas que possuam  
533 regularização ambiental e manter os recibos da destinação no empreendimento  
534 para atendimento de eventuais fiscalizações. Prazo: durante a vigência da  
535 licença.” Votos favoráveis às condicionantes: Fetaemg, AMS e Mover. Votos  
536 contrários: Segov, Emater, Crea, Ufla, Faemg, MAPA e Seapa. Abstenção:  
537 Ibama. – “Realizar o monitoramento da qualidade da água, sendo um deles a  
538 montante da primeira captação ou lançamento e outro a jusante da última  
539 captação ou lançamento realizada no córrego Riachinho, analisando os  
540 parâmetros cor, fósforo total, nitrogênio amoniacal, nitrogênio nítrico, óleos e  
541 graxas, pH, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos e turbidez. O  
542 monitoramento deve ser realizado semestralmente e enviado à Supram  
543 Triângulo Mineiro anualmente. Prazo: durante a vigência da licença.” Votos  
544 favoráveis às condicionantes: Ibama, Ufla, Fetaemg, AMS e Mover. Votos  
545 contrários: Segov, Emater, Crea, Faemg, MAPA e Seapa. **8.2) Agropecuária**  
546 **Figueiredo Ltda. EPP e Outros. Fazenda Campinas, Veredão São Roque e**  
547 **JS. Culturas anuais, excluindo a olericultura. Unaí/MG. PA**  
548 **09330/2004/007/2015. Classe 5. Apresentação: Supram Noroeste.** Licença  
549 concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:  
550 Segov, Ibama, Emater, Crea, Ufla, Fetaemg, Faemg, MAPA, AMS, Mover e  
551 Seapa. Ausência: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda),  
552 entidade suspensa. A Câmara aprovou ainda por unanimidade as seguintes

553 alteração e inclusão de condicionantes: – Nova redação para a condicionante  
554 10 - “Adequar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – Prad  
555 contemplando as faixas de área de APP de no mínimo 100 metros, medidos a  
556 partir da cota máxima de operação das barragens com área superior a 20  
557 hectares, e 50 metros de APP para as barragens com menos de 20 hectares,  
558 medidos a partir da cota máxima de operação, com a finalidade de preservar a  
559 vegetação remanescente e a qualidade das águas das barragens, respeitado o  
560 artigo 16 da Lei Estadual nº 20.922/2013. Prazo: 120 (cento e vinte) dias.”  
561 Votos favoráveis: Segov, Ibama, Emater, Crea, Ufla, Fetaemg, Faemg, MAPA,  
562 AMS, Mover e Seapa. – Inclusão da seguinte condicionante - “Baixar a cota de  
563 inundação da barragem construída no córrego Veredão, de forma a não intervir  
564 em área de terceiro sem prévia autorização do mesmo. Prazo: 120 (cento e  
565 vinte) dias após a concessão da licença.” Votos favoráveis: Segov, Ibama,  
566 Emater, Crea, Ufla, Fetaemg, Faemg, MAPA, AMS, Mover e Seapa. **9)**  
567 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE PRORROGAÇÃO /**  
568 **ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTES DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**  
569 **CORRETIVA. 9.1) Espólio de Geraldo Leonardo Guilherme Michels e**  
570 **Outros. Fazenda Logradouro, São José, São Cristóvão, Nossa Senhora**  
571 **Aparecida, São Bento, Santa Rita, São João, São Pedro, Santa Luzia, Santo**  
572 **Antônio, São Jorge, Santa Maria, Almas, São Luiz, Nossa Senhora da**  
573 **Abadia e Vereda da Ponte. Culturas anuais, excluindo a olericultura.**  
574 **Riachinho e Bonfinópolis de Minas/MG. PA 02416/2014/001/2015.**  
575 **Condicionantes 8, 9, 10 (prorrogação de prazo) e 11 (alteração). Classe 5.**  
576 **Apresentação: Supram Noroeste.** Prorrogação e alteração de condicionantes  
577 aprovadas por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:  
578 Segov, Ibama, Emater, Crea, Ufla, Fetaemg, Faemg, MAPA, AMS, Mover e  
579 Seapa. Ausência: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda),  
580 entidade suspensa. **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a  
581 serem tratados, o presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria agradeceu a  
582 presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Guilherme Augusto Duarte de Faria**  
**Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris**